

CDU PRESTA CONTAS

AOS TRABALHADORES E REFORMADOS DO METROPOLITANO DE LISBOA

Para nós a prática é o critério da verdade. Chegados às eleições, **não fazemos promessas. Assumimos compromissos e valorizamos a forma como cumprimos os compromissos anteriormente assumidos.** Este é um presta-contas aos trabalhadores e Reformados do Metropolitano de Lisboa, e como tal, assenta essencialmente em matéria relativa às questões laborais ou de transportes. Mas os trabalhadores e reformados do Metro sabem que também nas restantes questões honrámos os nossos compromissos com os trabalhadores e o povo.

A acção do Governo nos últimos 5 anos assumiu três eixos essenciais: a redução brutal dos rendimentos dos trabalhadores e reformados; a redução da oferta e da fiabilidade da operação, a par de um brutal aumento de custos para os utentes; a destruição da empresa e a privatização dos troços potencialmente geradores de rendas ou lucros para o grande capital. Na Assembleia da República o PCP acompanhou a resistência dos trabalhadores e reformados.

Neste Presta-Contas abordamos «apenas» o trabalho desenvolvido pelos deputados comunistas nas matérias mais directamente vinculadas com a nossa empresa. Dividimos em quatro capítulos: **Em defesa da Empresa Pública Metropolitana de Lisboa; em defesa dos Trabalhadores e Reformados do Metro; em defesa dos Transportes Públicos; Contra as PPP, as «swaps» e o esbulho financeiro.** Não cabe aqui tratar a restante e intensa actividade do PCP na Assembleia da República, que interessa também aos trabalhadores e reformados do Metropolitano e que foi imensa, colocando-se sempre do lado dos trabalhadores, do povo e da soberania nacional.

Em defesa da Empresa Pública Metropolitana de Lisboa

O governo começou por promover a fusão das Administrações, primeiro da Carris e do Metro, depois destas com a Transtejo e a Soflusa, procurando construir uma única gestora de subconcessões que lhe permitisse libertar o máximo de equipamentos públicos para a exploração capitalista e promover o despedimento do máximo de trabalhadores libertando o quadro das empresas para a futura contratação directa pelos operadores privados. Já este ano, este processo sofreu uma brutal aceleração, fruto da pressa de quem vê o tempo acabar, o que originou o processo prenhe de ilegalidades e falsidades da «Transportes de Lisboa» e um concurso de subconcessão contestado por trabalhadores, utentes e autarquias. Em cada momento o PCP interveio na Assembleia da República:

- Contestação ao Decreto-Lei n.º 98/2012 que estabelece o regime de acumulação de funções dos membros executivos dos conselhos de administração do Metropolitano de Lisboa, E. P. E., e da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S. A., para efeitos da fusão (AP 18/XII de 30/5/2012); A situação das Administrações da Carris e do Metropolitano (PG 212/XII/3 de 22/10/2013);

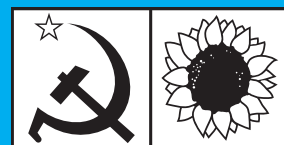
- Contestação ao Decreto-Lei n.º 161/2014 que estabelece o regime de acumulação de funções dos membros executivos dos conselhos de administração do Metro, Carris, Transtejo e Soflusa (AP 119/XII e PL 683/XII de 04/11/2014);

- Contestação ao Decreto-Lei n.º 175/2014 que Estabelece o quadro jurídico geral da concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes da Grande Lisboa (AP 126/XII de 12/12/2014); Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro, que estabelece o quadro jurídico geral da concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes da Grande Lisboa (PR 1228/XII de 21/1/2015);

- Contestação do processo de reestruturação em curso: A formação clandestina do autoproclamado 'Conselho de Administração da Transportes de Lisboa' (PG 1275/XII/4 de 2/4/2015); O Governo, a Lei e o processo de reestruturação em curso no Metropolitano de Lisboa e na Carris (PG 1543/XII/4 de 13/5/2015); Ilegalidades na Reestruturação da Carris, Metro, Transtejo e Soflusa (PG 1628/XII/4 de 21/5/2015).

4 Outubro 2015
Eleições Legislativas

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



Paralelamente outras questões relativas à defesa da empresa foram objecto de intervenção do Grupo Parlamentar:

- Estação da Reboleira, na expansão da linha azul do Metropolitano (PG 1594/XII/1 de 12/1/2012);
- Descarrilamento de uma composição do Metropolitano de Lisboa, considerado pelo Governo como "um normal incidente do ponto de vista da operação" (PG 2231/XII/3 de 3/8/2014);
- A preparação da PPP para os comboios e manutenção no Metropolitano (PG 1627/XII/4 de 21/5/2015);
- Inauguração da Estação da Reboleira do Metropolitano de Lisboa «descongelada» pela privatização/subconcessão (PG 2503/XII/4 de 25/6/2015).

Em defesa dos Trabalhadores e Reformados do Metropolitano de Lisboa

A acção do Grupo Parlamentar do PCP em defesa dos direitos dos trabalhadores do Metropolitano assumiu três eixos essenciais: **a luta contra os PEC's e os sucessivos Orçamentos de Estado**, combatendo os sucessivos cortes e roubos; **a luta contra a degradação das leis gerais do trabalho** – revisão do Código de Trabalho, lei do trabalho no Sector Público Empresarial – que no essencial se destinavam a tornar permanentes um conjunto de roubos que começaram por ser provisórios; **uma acção solidária com a luta e a resistência dos trabalhadores** e de combate a abusos e ilegalidades da sua entidade patronal.

Desde 2010, que a cada ano, a aprovação dos Orçamentos de Estado se transformou num operação de saque aos trabalhadores e reformados, com a falsa desculpa de ser para pagar a dívida (mas esta passou de 96 para 130% do PIB nestes 5 anos) e o falso argumento dos sacrifícios para todos (mas os ricos estão cada vez mais ricos, apesar de terem rebentado com a nossa economia). Roubaram os subsídios de Natal e de Férias, congelaram e cortaram os salários, roubaram no trabalho suplementar e nocturno, roubaram os complementos de reforma e o direito ao transporte, proibiram as progressões de carreiras e a atribuição de novas anuidades. A cada ano, **o PCP votou contra o OE e apresentou propostas concretas de acabar com estes roubos** substituindo essas receitas orçamentais pela tributação dos lucros e das mais-valias bolsistas. A cada ano, o PCP apresentou recurso para o Tribunal Constitucional de um conjunto de normas (algumas delas viriam a ser declaradas nulas pelo Tribunal Constitucional). A luta dos trabalhadores acabou por impor importantes recuos, que diminuíram o nível do roubo mas não acabaram com ele (é o caso do pagamento do subsídio de férias na sequência da decisão do Constitucional).

Combatemos todas as revisões do Código de Trabalho, realizadas sempre no sentido de facilitar o incremento da exploração dos trabalhadores, e demos expressão parlamentar à luta de massas que se desenvolveu contra estas revisões, conseguindo impor importantes recuos. Ainda assim, as 6 alterações aprovadas no último mandato (lei 53/2011 de 14/10, lei 23/2012 de 25/6, lei 47/2012 de 29/8, lei 69/2013 de 30/8, lei 27/2014 de 8/5, lei 55/2014 de 25/8) implicaram importantes perdas para os trabalhadores (e os correspondentes ganhos para os exploradores e os capitalistas) nomeadamente na fragilização da contratação colectiva, na redução do valor pago pelo trabalho extraordinário e na facilitação dos despedimentos. Recordamos que algumas das alterações mais graves foram anuladas por acção do Tribunal Constitucional, na sequência de recursos apresentados por um conjunto de deputados (incluindo todos os do PCP). **O PCP desenvolveu ainda uma longa batalha, de alerta, esclarecimento e mobilização, contra o Decreto-Lei n.º 133/2013, que «estabelece os princípios e regras aplicáveis ao sector público empresarial»**. Este Decreto-Lei, além de criar um regime que na prática torna impossível o funcionamento regular de uma empresa pública, implicou transformar em roubos permanentes roubos que estavam a ser realizados por via do Orçamento de Estado, nomeadamente no que respeita ao subsídio de refeição, ao trabalho suplementar, ao trabalho nocturno, às ajudas de custo e abonos. A luta parlamentar contra o DL 133/13 culminaria com a apresentação da Apreciação Parlamentar 64/XII/3.^a de 18 Outubro de 2013, na discussão da qual se levou a votos a Resolução (884/XII) para a anulação (cessação de vigência) do Decreto-Lei 133/13, que foi chumbada pelo PSD e CDS com a abstenção do PS.

Além da presença solidária dos deputados comunistas nas diversas lutas dos trabalhadores do Metropolitano, estes transportaram para a Assembleia e confrontaram o Governo com um vasto conjunto de questões:

- Política de promoções e aumentos de remuneração no Metropolitano (PG 767/XII/2 de 21/12/2012);
- Administração do Metro de Lisboa "comemora" Abril eliminando página eletrónica interna da Comissão de Trabalhadores (PG 1919/XII/2 de 25/4/2013);
- Intervenção da ACT junto do Metropolitano de Lisboa (PG 2147/XII/2 de 24/5/2013);
- Penalização agravada aos reformados do Metropolitano de Lisboa face à retirada do complemento de reforma (PG 735/XII/3 de 17/1/2014);
- Ataque aos direitos dos trabalhadores e desrespeito pela Lei no Metropolitano (PG 102/XII/4 de 1/10/2014);
- Informações falsas transmitidas pela Administração do Metropolitano de Lisboa aos utentes sobre o início da Greve de 21 de Outubro (PG 263/XII/4 de 23/10/2014);
- Conselho Consultivo do Metropolitano de Lisboa (PG 1675/XII/4 de 2/6/2015);
- Assédio na Carris, Metropolitano de Lisboa, Transtejo e Soflusa (PG 2844/XII/4 de 3/7/2015);

Em defesa do Transporte Público

A **mercantilização dos transportes públicos**, transformando o acesso a um direito numa mercadoria colocada no mercado, é **um dos eixos da política de direita para o sector**. O **objectivo** desta política é a criação de oportunidades de negócio, e a **consequência** a diminuição do acesso ao transporte pelas populações com um aumento dos custos suportados pelos utentes e pelo Estado.

O PCP combateu na Assembleia da República a ofensiva legislativa do Governo contra os transportes públicos desde o seu início: «O Governo agendou para os próximos dias o anúncio público de um conjunto de medidas para os transportes públicos, a sua rede e sistema tarifário, na Área Metropolitana de Lisboa. Esse anúncio e essas medidas surgem como a etapa seguinte na estratégia que o Governo segue para o setor: o abandono das populações; o “recolher obrigatório”, com a verdadeira razia na eliminação de carreiras e circulações; o roubo aos utentes nas tarifas de transporte; o roubo, também, aos trabalhadores, aos seus salários e direitos; o ataque à contratação coletiva; a destruição de postos de trabalho e o desmantelamento do setor público. São opções que visam, também, abrir a porta à privatização das empresas que ainda são públicas, ficando o Estado com os custos da enorme dívida que os sucessivos governos lhes impuseram, por via da desorçamentação.» (IP, 19/1/2012). Uma preocupação que motivou diversas iniciativas parlamentares: As privatizações são um crime contra o país (IP, 10/10/2012); Debate de Urgência sobre o Sector dos Transportes (DP, 2/10/2014); O objetivo do Governo é sempre o mesmo: transformar serviços públicos em negócios privados (IP, 21/1/2015); Interpelação “sobre destruição da oferta pública de transportes” (IN 20/XII/4 de 11/2/2015). **Já no final do mandato, a maioria PSD/CDS impôs a aprovação de um «Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros», que mereceu a frontal oposição do PCP:** «Aquilo que os senhores pretendem fazer com esta proposta é colocar o sector, de norte a sul do País, de pantanas, num quadro de incerteza, de indefinição e de precariedade absoluta, e precariedade não apenas para os trabalhadores mas também para os utentes e para as próprias empresas que estão a operar e têm atividade no setor.» (IP, 4/3/2015).

No quadro das políticas destinadas a promover a utilização dos transportes públicos, **o PCP sempre sublinhou a importância dos passes sociais intermodais**, instrumentos decisivos para o alargamento da mobilidade, para a redução de custos para os utentes e para o aumento do número de utentes. Foi nesse sentido que: Propusemos o **alargamento do passe social intermodal** na Área Metropolitana de Lisboa (PL 67/XII/1 de 15/9/2011); Que exigimos a **justa repartição das receitas** do passe intermodais e combinados, que o próprio TC havia denunciado estarem a beneficiar as empresas privadas (PR 52/XII de 5/8/2011); Que criticámos o novo "**Passe Social +**" e a grave penalização dos utentes dos transportes que representou (PG 586/XII/1 de 13/9/2013); Exigimos a manutenção do **apoio de 50% no passe 4_18 e passe sub-23** (PR 217/XII de 8/2/2012 e 3981/XII/1 de 31/9/2012).

Paralelamente: Exigimos que fosse tornado público o relatório do Grupo de Trabalho sobre a rede de transportes públicos (RQ 110/XII/1 de 12/1/2012); Denunciámos a **actuação ilegal de empresas de segurança** nos transportes públicos (PG 1849/XII/1 de 29/1/2012); Questionámos da **legalidade nos aumentos** anunciados para 1 de Fevereiro nos transportes públicos (PG 1729/XII/1 de 23/1/2012); Combatemos o **novo aumento brutal de preços** nos transportes e nova transferência de receitas para os operadores privados (PG 1854/XII/1 de 31/1/2012); Refutámos a política do Governo nas empresas públicas de transportes, de aumento brutal dos tarifários, cortes na oferta de serviço, ataque aos salários e direitos dos trabalhadores, resultando no... aumento do endividamento! (PG 611/XII/3 de 18/12/2013).

Contra as PPP, as «swaps» e o esbulho financeiro

Ao contrário da mitologia neoliberal, a realidade demonstra que no sector dos transportes o capital privado se comporta como um parasita do sistema, sugando rendas e lucros, procurando a sobreexploração do trabalho, e vivendo à custa do Orçamento de Estado e das empresas públicas.

É o caso das PPP (parcerias público privadas), onde o PCP exigiu que fosse criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que foi útil apesar de ter funcionado limitada pela sua composição, pois era composta maioritariamente por deputados dos partidos que negociaram e continuam a negociar PPP. «O tempo vai passando, os governos e os governantes vão-se sucedendo, os negócios vão sendo fechados e assinados, os orçamentos do Estado vão sendo aprovados, e cada decisão e cada contrato são apresentados como a única forma, a única solução, justificados pela decisão anterior e justificando a decisão seguinte. E as parcerias público-privadas lá foram sendo assinadas, tantas e tantas vezes com os negociadores a passar do público para o privado, a saber, ministros do PSD ou do PS, que negociaram PPP em nome do Estado e que, hoje, são administradores das mesmas empresas que ficaram com o negócio.» (IP, 13/4/2012). «No momento em que chegam ao fim os trabalhos deste inquérito parlamentar, o PCP reitera a afirmação de um caminho indispensável e urgente: acabar com as atuais PPP e rejeitar novos contratos qualquer que seja o seu modelo. A solução para o futuro não pode ser uma tentativa (mais uma) de “aperfeiçoar” o que é péssimo. Não pode haver mais contratos PPP. O que é imprescindível não é reiniciar — mas sim inverter — este ciclo de negociações e renegociações que sempre favorecem os interesses privados. Nesse sentido, o PCP apresentou uma proposta de recomendação, que foi rejeitada pelo PSD e CDS-PP mas que continuará evidentemente a ser uma exigência

nacional de todo o sentido e atualidade: «Deve ser desencadeado pelo Estado Português um processo de extinção das atuais Parcerias Público Privadas, recorrendo aos mecanismos legais e contratuais que, conforme a situação aplicável, garantam da melhor forma a salvaguarda do interesse público, a título de exemplo o resgate, a rescisão, o sequestro ou a caducidade.» (DV, 8/7/2013)

Foi igualmente o PCP quem primeiro denunciou na Assembleia da República a escandalosa sangria de recursos públicos que estava (e continua a estar, apesar de em menor escala) a ser realizada pela banca às empresas públicas com os contratos «swap», sangria que tanto afectou o Metropolitano de Lisboa :

- Questionámos as operações especulativas de "cobertura de riscos" ("swaps") nas empresas públicas do sector dos Transportes (PG 136/XII/2 de 28/9/2012 e PG 476/XII/2 de 7/11/2012);
- Questionámos as operações especulativas de "cobertura de riscos" ("swaps") nas empresas públicas do sector dos Transportes e o porquê da ocultação de relatórios oficiais e da ausência de resposta às perguntas do PCP (PG 931/XII/2 de 14/1/2013);
- Questionámos qual o ponto da situação relativamente aos contratos swap celebrados entre diversas empresas públicas e o Banco Santander (PG 1283/XII/3 de 14/3/2014);
- Denunciámos os contratos swap associados ao financiamento do consórcio Elos transferidos para a Parpública em 2011 (RQ 78/XII/4 de 20/1/2015).

O avolumar das denúncias e das consequências acabaria por levar à criação de um Comissão de Inquérito aos contratos swaps assinados pelas empresas públicas entre 2003/2013 (Governos PS, PSD e CDS) onde se apuraram perdas de quase 4 mil milhões de euros, apesar do relatório final da Comissão (contra o qual o PCP votaria) branquear as evidentes responsabilidades políticas e criminais dos anteriores governos e do actual, e de pactuar com a salvação da banca mais uma vez realizada: *«O Governo PSD/CDS optou por negociar com os bancos o cancelamento de 69 contratos swap, a maioria dos quais de natureza especulativa, pagando-lhes, entre março e junho de 2013, a avultada soma de 1.008,5 milhões de euros. Ao mesmo tempo que cortava salários e pensões, que reduzia ou mesmo eliminava prestações sociais, que prosseguia o desmantelamento das funções sociais do Estado, que impunha um inqualificável saque fiscal aos rendimentos do trabalho, que esmagava os portugueses e a economia nacional com a sua política de austeridade, o Governo decidiu, mais uma vez, favorecer os interesses da banca em detrimento do interesse público, entregando-lhe mais de mil milhões de euros pelo cancelamento de contratos swap.» (DV, 7/1/2014)*

Sempre ao lado dos trabalhadores

Acompanhámos o nosso trabalho com uma permanente preocupação de ouvir o conjunto das organizações representativas dos trabalhadores e dos utentes e de prestar activa solidariedade à sua justa luta. Reunimos com praticamente todas as ORT's e sempre que tal nos foi solicitado. Realizámos audições públicas sempre que a matéria assim o exigia (Audição Pública sobre as consequências do programa de privatizações no desenvolvimento do país, 18/07/11; Audição Pública sobre as alterações à legislação laboral, 25/07/11; Audição Pública sobre Legislação Laboral, 03/04/12; Audição Pública sobre A legislação laboral relativa à Contratação Coletiva e ao pagamento do trabalho suplementar, 24/06/14; Audição Pública «Defender o Sector Público dos Transportes, pelo serviço público e a soberania nacional, 29/09/14; Audição Pública sobre o Regime Jurídico Transporte de Passageiros, 20/03/15). Visitámos ao longo do mandato um vasto conjunto de locais de trabalho, pelo país inteiro.

LEGENDA:

PG – Pergunta ao Governo;
RQ – Requerimento;
IP – Intervenção Parlamentar;
IN – Interpelação;
PL – Projecto-Lei;
AP – Apreciação Parlamentar;
PR – Projecto de Resolução;
DV – Declaração de Voto.

Todos os documentos citados podem ser consultados no site da Assembleia da República.

CUMPRIMOS! DÁ MAIS FORÇA A QUEM DÁ FORÇA À TUA LUTA!

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

